

## Introdução crítica à sociologia

Por Margaret A. Coulson e David S. Riddell. Trad. de Edmond Jorge. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972. 140 p.

Este breve livro, que clama seu caráter crítico, com toda certeza passaria despercebido num ambiente universitário ideologicamente polarizado em termos de posições teoricamente consistentes. Tudo indica que não é esta a situação do Harris College e da Universidade de Lancaster, onde Margaret Coulson e David Riddell dedicam-se à árdua tarefa de iniciar jovens no mundo da sociologia.

Isso se depreende da pertinácia em remover o difuso credo liberal com que lá o aluno armase para negar as explicações sociológicas estribadas no princípio da coerção social. E o meio, destilado em sala de aula, por certo é o de recorrer a exemplos elementares, mas sugestivos: "Quando, como acontece nos EUA de hoje, um quarto de todos os casamentos termina em divórcio (50% na área de Los Angeles), então, embora pareça ser um problema pessoal para cada casal isolado, em termos

das suas filiações a grupo e da sua organização — na maneira como a sociedade está organizada..." (p. 38). Pacientemente, completam a exemplificação por uma verdadeira resenha do clássico *O suicídio*, de Durkheim.

A virulência com que atacam o psicologismo é a mesma quando se propõem demolir a visão teológica de sociedade — e aí, Durkheim, de aliado, passa a inimigo: "Uma coisa é explicar o comportamento de alguém em termos das pressões causadas pelo fato de ser membro de uma sociedade organizada de certo modo, mas outra coisa muito diferente é dizer que a sociedade provocou o comportamento. (...) Muitas vezes a sociedade se torna mais o iniciador do que o local de alguma atividade ou padrão de organização: 'Toda sociedade controla, até certo ponto, quem se casará com quem (Goode, 1964)'. (...) Assim, a 'sociedade' 'planeja', 'escreve' e 'distribui' os papéis que desempenhamos!" (p. 28).

Recorrendo a Mills (*A imaginação sociológica*), denunciam a multiplicação de estudos sobre o irrelevante e a expansão da verbosidade oca na sociologia americana. "Onde a própria realidade é realmente complexa, a dificuldade do problema muitas vezes é ampliada pelo fato de que alguns sociólogos parecem tentar fugir à necessidade de estudar a complexidade da realidade, desenvolvendo, em vez disso, uma terminologia complexa. Sua própria linguagem torna-se confusa e embaralhada, como numa tentativa de ser paralela aos problemas do mundo real sem nunca enfrentá-los" (p. 76-7). Assumindo a indignação do liberal autêntico, sustentam que o conhecimento do social não pode divorciar a análise, em nome do rigor científico, da matriz

ética que sustenta as posições filosóficas do sociólogo como cidadão (p. 18) — ética que reivindica liberdade de pensamento, em lamentável desuso na comunidade dos mestres de ciências sociais americanos, segundo a pesquisa de Lazarefeld e Thielens: neste levantamento, junto a 2500 professores de ciências sociais, "descobriu-se que quase um quarto deles censurava seus próprios ensinamentos de modo a evitar dificuldades, e 40% estavam preocupados com que os estudantes transmitissem versões menos 'distorcidas' do que eles diziam" (p. 20).

Mas são todos os sociólogos que se autocensuram? Não, respondem os autores: muitos outros há "que não necessitam de autocensura, porque nada do que eles diziam teria a probabilidade de perturbar alguém, uma vez que haviam definido a sociologia em termos que não causariam preocupações" (p. 22). E quem são esses intelectuais à busca de abrigos tão seguros? "Consideremos a situação inglesa. O sociólogo estabelecido, que leciona na Universidade ou faculdade, movimenta-se num mundo restrito e confortável. Seu emprego é seguro e bem pago, com aumentos regulares na renda — à parte certos períodos de ansiedade insignificantes nas mudanças de emprego — até a aposentadoria ou próximo dela" (p. 22). A conclusão é de que a estabilidade profissional e a respeitabilidade adquirida no mundo dos pares conduz a "uma ênfase na unidade 'real' da disciplina, ao consenso (soma de concordância quanto às normas) da disciplina, às qualidades profissionais dos sociólogos e à sua capacidade de fazer contribuições 'positivas' para a administração das coisas tal como são. Ela afasta-se da ênfase na discordância e

do tipo de teoria que afirma que os problemas derivam do fato de que as coisas são como são, isto é, que a própria organização social precisa mudar para que os problemas sejam solucionados" (p. 24).

Desculpado o exagero de atribuir-se aos mecanismos de funcionamento da categoria ocupacional dos sociólogos a estabilidade da ideologia dominante, que se estende consensualmente definindo temas relevantes e métodos eficazes, saliente-se que a pretensão dos autores é sobrepor a noção de conflito estrutural ao princípio da integração funcional, didatizando cuidadosamente o significado da ruptura estrutural, apelando à idéia de formações sociais supranacionais como quadro de referência necessário e lembrando que os produtos ideológicos estão sempre emergindo no processo conflitivo de transformação social e não podem ser ignorados.

Em síntese, esta pequena sociologia da sociologia é oportuna, visto que o ufanismo desenfreado e a tranqüilidade forçada aproximam muitas escolas de ciências humanas da calmaria por certo prevalente no Harris College e na Universidade de Lancaster, e contra a qual investem os autores. □

José Carlos Garcia Durand

## Tendencias y grupos políticos en la realidad argentina

Por Antonio Castagno. Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1971. 58 p.

O título deste livro (e mesmo o seu índice) sugere ao leitor uma abordagem ampla sobre a problemática da Argentina. Na verdade, seria tentativa ousada para um autor analisar, em 58 páginas, uma estrutura político-partidária complexa e em franco processo de mudança. E Antonio Castagno não faz tal análise. Sua preocupação é mais descritiva porque, segundo suas próprias palavras, "en esta primera etapa se hacía necesario presentar las cosas como son, para después analizar como resultaron en la realidad". Ele coloca-se no limite restrito de apontar, dentro das principais tendências e partidos políticos, as suas ramificações e organizações internas. Neste sentido, o livro destina-se a um público limitado de pesquisadores que podem fazer uso de seus dados.

Em primeiro lugar, dá por aceita a existência de três tendências principais até 1966, que redundaram nos três partidos tradicionais da Argentina: a cor-

rente conservadora, a radical e a socialista. Além disso, enumera suas ramificações internas:

a) as alas conservadoras, segundo ele, definir-se-iam mais por sua liderança: Fernandez Saéns, chefiando o setor democrata do partido; Gastón Lacaze, encabeçando o Movimento de Reafirmação Conservadora; Saturnino Huici, liderando o grupo "Paroquias Independientes"; e Echenagucia, liderando o Movimento de Centro;

b) no seio da **União Cívica Radical**, ele distingue três ramos: a **Intransigência e Renovação**, de Balbin-Frondizi; a **Unionista**, de Ortiz e a **Intransigência Sabatinista**. Em 1957, este movimento seria definido como **União Cívica Radical Intransigente e União Cívica Radical do Povo**. Dentro da União Cívica Radical Intransigente, uma ala seguiria a tradição do líder Além; a outra é conhecida como **MIR — Movimento de Intransigência Radical**.

Não menciona, entretanto, o contexto do aparecimento da União Cívica, em 1890, e, mais importante ainda, os motivos das constantes ramificações no interior desse partido. Na verdade, sua composição bastante heterogênea, agrupando os mais diversos setores descontentes e marginalizados da vida política — setores médios, burguesia comercial, parcelas da juventude universitária — foi responsável por tendências divergentes que emergiram na prática política. A Ala Intransigente, nascida com a figura eminentemente popular de Além e seguida da liderança de H. Yrigoyen, representava justamente as aspirações dos setores médios e teve sempre um peso decisivo no interior do movimento (ver aspectos mais es-